

Sumário

Seção [1] Uma proteção registral	7
Seção [2] Do regime constitucional dos desenhos industriais.....	7
Seção [3] Da proteção internacional dos desenhos industriais.....	8
[3] § 1. Do problema em questão quanto às fontes externas.....	9
Seção [4] Proteção múltipla	13
[4] § 1. Da nossa posição quanto à proteção múltipla.....	15
Seção [5] Autoria e natureza jurídica.....	17
Seção [6] Desenho industrial: conceito	18
[6] § 1. Forma plástica	18
[6] § 2. A função ornamental	19
[6] § 2.1. Não se escolhe arbitrariamente a modalidade de propriedade intelectual.....	22
[6] § 2.2. Do porquê a cada função corresponde um direito de PI	24
[6] § 2.2. (A) O abusus finis juris	25
[6] § 2.3. A função da marca de produtos e serviços: assinalamento e distinção	27
[6] § 2.4. A distinção entre função ornamental e marcária.....	28
[6] § 2.5. A função da marca de produtos e serviços: assinalamento e distinção	29
[6] § 2.6. Distinção entre marca e desenho industrial.....	31
[6] § 2.7. DI e trade dress são coisas diversas	32
[6] § 2.8. A função expressiva	33
[6] § 2.9. A função ornamental como novidade comercial.....	37
[6] § 2.10. A questão da acessoriedade da criação	42
[6] § 2.11. Accessorium sequitur... ..	48
[6] § 3. Objeto ou conjunto de linhas	50
[6] § 4. Suscetibilidade de industrialização	51
[6] § 4.1. A vedação à criação artesanal	53
[6] § 5. Objeto ou parte de um objeto.....	53
Seção [7] Requisito de proteção: novidade	54
[7] § 1. O problema é o mesmo quanto às patentes	54

[7] § 2. Da aplicação de um desenho a um produto como sendo novidade.....	58
[7] § 2.1. No direito Brasileiro.....	62
[7] § 2.2. Da noção de objetos análogos	65
[7] § 2.3. A anterioridade do todo e da parte	70
[7] § 2.4. A simultaneidade do estado da técnica para a novidade e a originalidade	74
[7] § 2.5. Dos precedentes relativos à novidade dos desenhos industriais	75
[7] § 3. Período de graça.	75
[7] § 4. Prioridade	76
Seção [8] Requisito de proteção: originalidade	77
[8] § 1. Da originalidade no direito constitucional brasileiro	77
[8] § 1.1. Princípio do contributo mínimo	77
[8] § 1.2. A construção explícita do contributo mínimo	78
[8] § 1.3. A construção tácita do contributo mínimo	80
[8] § 2. Da noção de originalidade no direito internacional.....	83
[8] § 3. Da noção de originalidade no direito estrangeiro.....	86
[8] § 3.1. Teorias da expressão pessoal do autor	86
[8] § 3.2. Permanência do regime autoral no Direito Francês	93
[8] § 3.3. Distância mínima	93
[8] § 3.4. Caráter individual – Posição atual Europeia.....	95
[8] § 3.5. O caráter singular.....	96
[8] § 3.6. O utilizador informado	96
[8] § 3.7. A análise do caráter singular	98
[8] § 3.8. Diferente ou qualitativamente diferente?	99
[8] § 3.9. Grau de liberdade do criador	101
[8] § 3.10. É atividade inventiva?	103
[8] § 3.11. O problema de TRIPs	103
[8] § 3.12. Teoria da não-Obviedade	104
[8] § 3.13. Ornamento Especial	107
[8] § 4. Da noção de originalidade no direito nacional.....	109
[8] § 4.1. Da invisibilidade do requisito	109
[8] § 4.2. A doutrina da expressão pessoal	113
[8] § 4.3. Da doutrina da objetividade da criação.....	118
[8] § 4.4. A doutrina da aplicação nova	122

[8] § 4.5. Ineditismo de aplicação e critérios de análise.....	124
[8] § 4.6. A doutrina da atividade inventiva	126
[8] § 4.7. Critérios de análise de originalidade.....	129
[8] § 4.8. Das conclusões	130
[8] § 4.9. Qual o critério legal aplicável para a definição de originalidade?	131
[8] § 4.10. No caso em que os limites possíveis de diferenças entre dois desenhos são condicionados por requisitos técnicos, como se dá a apuração de originalidade?	132
[8] § 5. A originalidade no regime ambíguo do direito nacional	134
[8] § 6. Bibliografia: análise de novidade e distinguibilidade em desenhos industriais	137
Seção [9] Vedação à obra puramente artística.....	137
Seção [10] Desenhos não registráveis.....	139
[10] § 1. Moral e bons costumes	139
[10] § 2. Segregando o ornamental do técnico	140
[10] § 3. A forma necessária, comum ou vulgar do objeto.....	142
Seção [11] Unidade do desenho. Suficiência descritiva.....	144
Seção [12] Procedimento	144
[12] § 1. Concessão automática.	145
[12] § 1.1. Da ineficiência do atual sistema de concessão de registro sem exame	145
Seção [13] Conteúdo e duração dos direitos.....	150
[13] § 1. Um direito territorial	151
[13] § 2. Conteúdo penal dos desenhos industriais.	153
Seção [14] A aura de proteção dos desenhos industriais.....	154
[14] § 1. A doutrina de equivalentes das patentes de invenção	155
[14] § 1.1. Do âmbito de tolerância dos cultivares	158
[14] § 1.2. Uma outra análise tripartite para os desenhos industriais.	160
[14] § 1.3. Originalidade e atividade inventiva como modalidades de contributo mínimo	162
[14] § 1.4. Uma originalidade para cada setor do mercado	163
[14] § 1.5. confusão do público como critério de infração	164
[14] § 1.6. Conclusão	166
Seção [15] Exaustão de direitos dos desenhos industriais	166
Seção [16] Vigência	167

Seção [17] Exame de mérito. Nulidade	167
[17] § 1. Extinção do direito	168
Seção [18] Corrigindo as potenciais disfunções do sistema.....	169
[18] § 1. O Problema da interconexão de sistemas	171
[18] § 2. Da questão das partes de reposição	174
[18] § 3. Da política pública em relação aos produtos complexos	180
[18] § 4. Da questão dos produtos complexos no direito brasileiro vigente	184
[18] § 4.1. Do ponto em análise	184
[18] § 4.2. Um interpretação isolada na doutrina e nos precedentes..	186
[18] § 4.3. Da interpretação que entendo adequada	190
[18] § 4.3. (A) Do meios de interpretação aplicáveis	190
[18] § 4.3. (B) Das escolhas que a legislação em vigor fez	192
[18] § 4.3. (C) Da leitura de que a lei proíbe proteção ornamental de parte de um produto.....	194
[18] § 4.4. Um retorno às funções do desenho industrial	195
[18] § 4.4. (A) Como o direito brasileiro protege as criações ornamentais de produtos	197
[18] § 4.4. (B) O problema que tal fórmula não resolve.....	197
[18] § 4.5. Um elemento ornamentado, destacado, se torna funcional?	198
[18] § 4.5. (A) A simples resposta deste quesito	198